

em destaque:

Orçamento da UE para 2018

O Parlamento Europeu (PE) aprovou o **orçamento comunitário para o próximo ano**, fixado em 160,1 mil milhões de euros em dotações de autorização e 144,7 mil milhões em dotações de pagamento.

Entre as **áreas prioritárias** encontram-se o **emprego dos jovens**, o **crescimento económico**, a **investigação e inovação**, a **migração** e a **segurança**.

José Manuel Fernandes, coordenador do grupo PPE na Comissão dos Orçamentos, congratula-se com o resultado alcançado: *“consequimos afirmar as prioridades, para o emprego, para o reforço da nossa competitividade, para a promoção também do emprego jovem, para o apoio aos jovens agricultores, para a ajuda às pequenas e médias empresas, para o reforço da segurança na União Europeia, para o reforço também das instituições que se ocupam do combate ao terrorismo e para a solidariedade externa. Conseguimos reverter mil e duzentos milhões de euros de cortes do Conselho e reforçamos programas como o Horizonte 2020 para a investigação e inovação. Não conseguimos fazer e resolver todos os problemas com este orçamento, claro que não, até porque este orçamento é cerca de 1 % do Produto Interno Bruto da União Europeia”*.

Os Eurodeputados aprovaram também uma proposta para inscrever no orçamento comunitário de 2018 o montante de **50 milhões de euros para o pagamento de adiantamentos** a título do Fundo de Solidariedade da União Europeia (UE), de modo garantir a disponibilidade atempada de recursos orçamentais **caso ocorra uma catástrofe no próximo ano**.

ver pág. 4

Estratégia Europeia para a Deficiência

O Parlamento Europeu aprovou uma Resolução para **colocar plenamente em prática os compromissos europeus em matéria de estratégia para a deficiência**. 80 milhões de pessoas não têm ainda uma plena igualdade de tratamento no seio da União.

ver pág. 7

Paz e estabilidade fora da UE

Os Deputados europeus atribuíram **100 milhões de euros para apoiar as tarefas civis desempenhadas pelos militares** para a preservação da **paz e estabilidade** em países terceiros.

ver pág. 3

Alargado sistema para a cobrança do IVA

PE aprova alargamento do Mini Balcão Único (MOSS) aos serviços eletrónicos, de forma a incluir os bens vendidos em linha e permitir o pagamento do IVA num único Estado-Membro.

ver pág. 10

Índice

| | |
|---|-----------|
| Novas formas de apoiar a estabilidade e a paz fora da UE..... | 3 |
| Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2018..... | 4 |
| Parlamento Europeu mantém imunidade de Ana Gomes..... | 6 |
| Ajudar as pessoas com deficiência: Deputados defendem discriminação positiva..... | 7 |
| Quem deve suportar as perdas de bancos: voto final sobre novas regras..... | 8 |
| Mais empresas poderão beneficiar de um sistema de pagamento de IVA mais simples, mais eficiente e mais barato..... | 10 |
| Ordem do dia da Sessão..... | 11 |

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Novas formas de apoiar a estabilidade e a paz fora da UE

Os Deputados europeus concordaram em atribuir 100 milhões de euros para apoiar as tarefas civis desempenhadas pelos militares em países terceiros, reforçando o fundo da UE para a estabilidade e a paz.

Os Deputados aprovaram o acordo informal negociado pelo Parlamento e pelo Conselho (473 votos a 163, com 7 abstenções), que, pela primeira vez, permitirá que o Fundo da UE para a Estabilidade e a Paz, que abrange projectos em 70 países, financie militares em países parceiros para a realização de atividades de desenvolvimento. O apoio aos militares até agora sempre foi excluído, embora em alguns casos seja o único órgão capaz de restaurar a segurança e os serviços básicos.

No entanto, este financiamento só será possível se os países parceiros e a UE concordarem que os militares são fundamentais para preservar a paz ou superar uma crise e que as forças civis são consideradas incapazes de lidar com o desafio.

O treino, a orientação e o aconselhamento de forças militares em países parceiros sobre temas como os direitos humanos ou a proteção de mulheres e crianças, bem como uma provisão de equipamentos ou infra-estruturas não letais, como sistemas de TI ou hospitais, são agora elegíveis para o apoio da UE.

Sob nenhuma condição, se poderá dar apoio da UE à construção de exércitos estrangeiros, comprar armas ou treino de técnicas de combate.

Os Deputados europeus garantiram o compromisso de manter o Parlamento devidamente informado sobre a implementação das novas regras e solicitaram à Comissão que avalie o impacto e a eficácia do fundo de ajuda externa da UE em Junho de 2020.

Convenceram igualmente o Conselho e a Comissão a não utilizar o dinheiro do desenvolvimento da UE para financiar novas tarefas, mas a usar outras fontes disponíveis no âmbito do orçamento da UE para assuntos externos.

O co-relator do Parlamento, Arnaud Danjean (PPE, FR), disse: *"Este é o elo perdido pela UE em termos de instrumentos de segurança e paz. Temos missões que trabalham com forças armadas em certos países em desenvolvimento, fornecendo treino, mas que não possuem ferramentas legais e financeiras para fornecer equipamentos não letais, o que permitiria que as forças armadas apoiassem atividades de desenvolvimento em países como Mali, Somália, Níger ou República Centro-Africana. Este instrumento não foi projetado para comprar ou entregar armas, mas construir hospitais ou desenvolver sistemas de comunicação".*

Dados

O instrumento que contribuiu para a paz e a estabilidade começou em 2014 com um orçamento de 2,3 bilhões de euros para 2014-2020, substituindo o Instrumento de Estabilidade e vários outros instrumentos que se concentram em drogas, minas terrestres, pessoas deslocadas, gerenciamento de crises, reabilitação e reconstrução.

Os projectos financiados ao abrigo do instrumento incluem um projecto de dessalinização de água do mar na faixa de Gaza, a formação de peritos civis para missões de gestão de crises e a desradicalização de jovens no Bangladesh.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Francisco Assis (S&D) *“Senhor Presidente, queria começar justamente também por saudar o Sr. Arnaud Danjean pelo trabalho que desenvolveu, de grande seriedade, que suscitou uma ampla adesão na Comissão AFET e que é a expressão também de um amplo apoio parlamentar que certamente esta proposta vai suscitar. Este instrumento é um instrumento absolutamente fundamental, por uma razão muito simples: nós não podemos opor o conceito de segurança e o conceito de desenvolvimento. Se não existirem níveis mínimos de segurança, é impossível criar as condições que possam proporcionar o desenvolvimento de qualquer país, de qualquer região do mundo. E nós temos experiências históricas bem recentes em que isso ficou bem claro. E mais: a ajuda ao próprio desenvolvimento, prestada pela União Europeia, fica prejudicada se as regiões para as quais essa ajuda é destinada não estiverem em condições de segurança minimamente condignas e, portanto, o erro que alguns cometem é o erro de querer opor a ideia de desenvolvimento à ideia de segurança, quando elas têm que estar absolutamente associadas. Este instrumento é um instrumento vital para que isto se concretize. Alguns problemas que, no início, estavam relacionados com esta proposta foram, felizmente, ultrapassados mediante um amplo e participado debate e estou, por isso, convencido de que estão agora criadas as condições para que daqui saia um instrumento muito benéfico, quer para os povos europeus, quer para os povos dos nossos países parceiros”.*

Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2018

O Parlamento Europeu (PE) aprovou o orçamento comunitário para o próximo ano, fixado em 160,1 mil milhões de euros em dotações de autorização e 144,7 mil milhões em dotações de pagamento.

Entre as áreas prioritárias encontram-se o emprego dos jovens, o crescimento económico, a investigação e inovação, a migração e a segurança.

O PE aprovou também uma proposta para inscrever no orçamento comunitário de 2018 o montante de 50 milhões de euros para o pagamento de adiantamentos a título do Fundo de Solidariedade da União Europeia (UE), de modo garantir a disponibilidade atempada de recursos orçamentais caso ocorra uma catástrofe no próximo ano.

Emprego jovem e crescimento

Os negociadores do PE garantiram um aumento de 116,7 milhões de euros em dotações de autorização para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, que ficará com um total de 350 milhões de euros.

Foram também afetadas mais verbas a programas importantes para o crescimento e o emprego, como o Horizonte 2020 (programa da UE para a investigação e a inovação), com um aumento de 110 milhões de euros, o Erasmus+ (mobilidade estudantil), com mais 24 milhões de euros, e o COSME (competitividade das empresas), com um reforço de 15 milhões de euros.

Refugiados e Turquia

A resposta à crise dos refugiados continua a ser uma prioridade em 2018, sendo atribuídos cinco milhões de euros adicionais ao Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO).

Em relação à Turquia, os eurodeputados cortaram 105 milhões de euros nos fundos de pré-adesão e inscreveram na reserva 70 milhões de euros em dotações de autorização na pendência do cumprimento da seguinte condição: *“Dotações a libertar quando a Turquia alcançar progressos mensuráveis no domínio do Estado de direito, da democracia, dos direitos humanos e da liberdade de imprensa”*.

A segurança é outra das áreas prioritárias. O Serviço Europeu de Polícia (Europol) beneficiará de mais 3,7 milhões de euros e a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) de mais 1,8 milhões de euros.

Agricultura e proteção do clima

A ajuda aos jovens agricultores europeus foi reforçada em 34 milhões de euros, com vista a reduzir o desemprego nas zonas rurais.

As verbas destinadas a apoiar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente tiveram um aumento de 95 milhões de euros.

O orçamento da UE para 2018 foi aprovado por 295 votos a favor, 154 contra e 197 abstenções e assinado em seguida pelo presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani.

O orçamento comunitário representa cerca de 1% do Produto Interno Bruto da UE.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhora Presidente, quero cumprimentar o Comissário, o Conselho e todas as colegas e todos os colegas que estão aqui presentes. Em primeiro lugar, um agradecimento, um agradecimento e uma constatação: há um trabalho enorme por parte dos relatores que temos de sublinhar, em especial de Siegfried Mureşan e também de Richard Ashworth, mas também de todos aqueles que estiveram na equipa de negociação, presidida pelo Presidente da Comissão dos Orçamentos, e que permitiram reforçar as nossas prioridades, que permitiram também que as agências tivessem os seus meios reforçados. A prioridade para o emprego, para o reforço da nossa competitividade, para a promoção também do emprego jovem, para o apoio aos jovens agricultores, para a ajuda às pequenas e médias empresas, para o reforço da segurança na União Europeia, para o reforço também das instituições que se ocupam do combate ao terrorismo, para a solidariedade externa, foi conseguida. Conseguimos reverter mil e duzentos milhões de euros de cortes do Conselho e reforçamos programas como o Horizonte 2020 para a investigação e inovação. Reforçamos o apoio, como eu disse, às pequenas e médias empresas com o COSMO, reforçamos a iniciativa a emprego jovem. Não conseguimos fazer e resolver todos os problemas com este orçamento, claro que não, até porque este orçamento é cerca de 1 % do Produto Interno Bruto da União Europeia, mas corresponde a 94 % do investimento, sendo só 6 % para as despesas administrativas. Para além disso, em países como o meu, o orçamento da União Europeia representa mais de 70 % do investimento público. As competências nacionais estão nas mãos dos Estados-Membros e os orçamentos nacionais também têm de ajudar e têm de colaborar”*.

Manuel dos Santos (S&D) *“Senhora Presidente, a sensação mais forte que tenho perante o acordo orçamental com o Conselho para 2018 é de insatisfação. Não quero dizer que com o atual acordo tenhamos ficado melhor ou pior do que ficámos com acordos anteriores, mas sim que é absolutamente indispensável fazer, no quadro do Parlamento e no quadro do Conselho, uma reflexão profunda sobre o processo orçamental. A aprovação do orçamento, ou seja, de uma base jurídica para obter receitas e fazer despesas, é um ato eminentemente político, o que implica que se discutam objetivos,*

prioridades, compromissos. Ora, com o atual método orçamental, envolvendo as duas autoridades orçamentais e a Comissão, e com as regras vigentes, tal reflexão política ou é impossível ou torna-se muito difícil.

Por isso, a grande reflexão sobre o orçamento 2018, e a principal conclusão a tirar das inúmeras reuniões e discussões, incluindo a conciliação, é de que é preciso mudar de método. É isso que espero, desejo e proponho, Sra. Presidente.

Quero finalmente referir que, apesar de uma tentativa do Conselho, foi possível manter o acordo interinstitucional informal, não mexendo no orçamento do Conselho e do Parlamento”.

Parlamento Europeu mantém imunidade de Ana Gomes

O Parlamento Europeu (PE) decidiu manter a imunidade parlamentar de Ana Gomes no âmbito de um processo relacionado com declarações feitas pela eurodeputada sobre a venda do ferryboat Atlântida.

Reagindo à decisão do PE, Ana Gomes disse: *“respeito a posição do Parlamento de não levantar a minha imunidade e estou determinada a prosseguir, por todos os meios legais e políticos, o esforço de descobrir a verdade e não deixar impunes os responsáveis pelo grave dano feito aos interesses de Portugal através do processo de alienação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e do seu património, incluindo o navio Atlântida. Nesse sentido, reporte recentemente às autoridades judiciais e tributárias portuguesas novos dados que indiciam corrupção e fraude fiscal relativa à venda do navio Atlântida, e estou à espera de obter as devidas reações”.*

Contexto

O Ministério Público apresentou ao PE o pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Ana Gomes por afirmações feitas pela eurodeputada numa entrevista que deu ao Diário de Notícias, publicada por este jornal na Internet em 29 de abril do ano passado. Nesse artigo, era feita referência à realização de buscas no âmbito de uma investigação relacionada com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, tendo Ana Gomes declarado que a venda, na sua opinião *“a patacos”*, do ferryboat Atlântida constituía *“um sinal de que algo está a mexer num caso de flagrante corrupção”*.

O PE decidiu não levantar a imunidade parlamentar de Ana Gomes, uma vez que as declarações feitas nessa entrevista *“foram efetuadas no exercício das suas funções enquanto deputada ao Parlamento Europeu, e, em particular, no âmbito das atribuições decorrentes da sua função de vice-presidente da Comissão de Inquérito para Investigar Alegadas Contravenções ou Má Administração na Aplicação do Direito da União relacionadas com o Branqueamento de Capitais e com a Elisão e a Evasão Fiscais”* (PANA).

O relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos, aprovado em plenário por braço no ar, nota que, *“atualmente, o debate político ocorre cada vez mais fora do Parlamento, através dos meios de comunicação que vão de comunicados de imprensa a entrevistas, a blogues e a sítios Internet”, estando as declarações de Ana Gomes inseridas “no âmbito do exercício das suas atividades no Parlamento Europeu”*.

As declarações em causa estão também *“diretamente ligadas”* às afirmações proferidas pela eurodeputada durante o programa televisivo *“TVI24 - Cara a Cara - Ana Gomes versus Carlos Abreu Amorim”*, transmitido em 29 de novembro de 2013, e em relação às quais o PE defendeu a sua imunidade, acrescenta o documento.

Os eurodeputados não podem ser procurados, detidos ou perseguidos pelas opiniões ou votos emitidos no exercício das suas funções, de acordo com o artigo 8.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia.

O Tribunal de Justiça da UE reconheceu que uma declaração proferida por um eurodeputado fora do PE pode constituir uma opinião expressa no exercício das suas funções quando essa declaração corresponde a uma apreciação subjetiva que apresenta um nexo direto e evidente com o exercício dessas funções, dando relevância não ao local em que a declaração foi proferida, mas à natureza e ao conteúdo da mesma.

Ajudar as pessoas com deficiência: Deputados defendem discriminação positiva

A UE e os seus Estados-Membros devem intensificar os seus esforços para colocar plenamente em prática os compromissos europeus em matéria de estratégia para a deficiência, exortam os deputados ao Parlamento Europeu em uma resolução votada no Parlamento europeu.

A resolução avalia o funcionamento da Estratégia Europeia para a Deficiência da Comissão 2010-2020 e lista as acções-chave nas suas oito áreas prioritárias: acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação, protecção social, saúde e acção externa.

As pessoas com deficiência têm direito à igualdade de tratamento, a viver de forma independente e a ser membros de pleno direito da sociedade, mas apesar de uma grande quantidade de programas e leis, eles ainda não estão desfrutando seus direitos na íntegra.

As medidas prioritárias a serem tomadas pela Comissão Europeia e / ou pelos Estados membros incluem:

tornar o número de emergência 112 totalmente acessível;

garantir que os espaços públicos sejam totalmente acessíveis em todos os Estados membros;

introduzir discriminação positiva, com uma quota para pessoas com deficiência para empregos nos setores público e privado, dando especial atenção às mulheres e meninas com deficiência, já que muitas vezes enfrentam uma discriminação dupla;

garantir que os jovens com deficiência possam participar plenamente das iniciativas da UE, como a Erasmus +, a Garantia da Juventude e o Corpo de Solidariedade Europeia, e

Formação para pessoas ligadas à educação de modo a apoiar pessoas com necessidades mais complexas.

Aplicar as leis da UE

Os Deputados pedem também aos Estados-Membros que apliquem toda a legislação relacionada à acessibilidade na íntegra (incluindo a Directiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual, a diretiva relativa à acessibilidade da Internet e a legislação relativa aos transportes). O Parlamento espera que o acervo Europeu da lei europeia da acessibilidade seja aprovado rapidamente e insta o Conselho Europeu a acabar com o impasse nas conversações sobre uma Directiva horizontal contra a discriminação.

Obrigações das instituições da UE

As instituições da UE devem garantir que seus sites estejam de acordo com as diretrizes de acessibilidade da web, dizem os deputados. Todas as suas reuniões públicas devem poder ser acedidas, por exemplo, fornecendo interpretação de linguagem gestual, discurso para legenda de texto e documentos em braille.

A resolução também fornece à Comissão algumas orientações sobre uma estratégia efetiva de invalidez para 2020-2030, que, segundo os Deputados, deve ser refletida em toda a legislação da UE e no processo do Semestre Europeu.

Helga Stevens (ECR, BE), relatora, disse: "*A UE é efectivamente uma das regiões mais avançadas e ricas do planeta, mas não é suficientemente inclusiva. Ainda excluimos regularmente 80 milhões de cidadãos com deficiência. Estamos a perder competências valiosas e força de trabalho, enquanto também perdemos dinheiro devido a infra-estruturas, bens e serviços inacessíveis. A Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 é uma ferramenta essencial para garantir que todos os nossos cidadãos - também aqueles com deficiência - possam fazer parte integrante da nossa sociedade e contribuir com a nossa sociedade. A adoção deste Relatório envia uma mensagem forte para a Comissão Europeia e os Estados-Membros que precisamos de uma estratégia pós 2020 que seja ousada e eficaz.*"

A resolução não legislativa foi aprovada por 529 votos a favor 28, com 45 abstenções.

Dados

Quase uma em cada seis pessoas na UE de 15 anos ou mais vive com algum tipo de deficiência. À medida que a população envelhece, este número deverá aumentar significativamente.

A Estratégia Europeia para a Deficiência da Comissão 2010-2020, adoptada em 2010, fornece orientações para a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD), a que a UE é parte.

Em 6 de Dezembro, o Parlamento Europeu acolherá o 4º Parlamento Europeu das pessoas com deficiência, que reunirá delegados de organizações representativas de pessoas com deficiência de toda a Europa, deputados europeus e representantes de outras instituições da UE.

Quem deve suportar as perdas de bancos: voto final sobre novas regras

Os deputados europeus decidiram estabelecer regras claras sobre como os credores dos bancos em dificuldades devem cobrir perdas.

O projeto visa incorporar na legislação da UE o padrão internacional TLAC (*Total Loss Absorption Capacity*) para bancos de importância sistémica global. As regras exigem que os bancos reservem fundos suficientes para absorver perdas e recapitalizar, com o menor impacto possível para os contribuintes.

Uma "*priorização*" credível para os acionistas e credores entre os quais as perdas são repartidas, harmonizada em todos os Estados Membros, protegeria as funções bancárias críticas e a estabilidade financeira evitando qualquer impacto nos contribuintes.

A fim de reforçar a segurança jurídica dos investidores, os Estados-Membros deverão assegurar que os instrumentos ordinários de dívida sénior e outros passivos seniores ordinários não garantidos que não constituam instrumentos de dívida têm, no respetivo

direito nacional da insolvência, uma posição de prioridade mais elevada do que a nova classe de instrumentos de dívida sénior «*não privilegiada*». Os Estados-Membros deverão também assegurar que a nova classe de instrumentos de dívida sénior «*não privilegiada*» tem uma posição de prioridade mais elevada do que os instrumentos de fundos próprios e quaisquer outros passivos subordinados.

As regras, aprovadas por 523 votos a favor, 113 contra e 8 abstenções, devem ser rapidamente transpostas para a legislação nacional, o mais tardar um ano após a sua entrada em vigor.

Gunnar Hökmark (PPE, SE), relator, afirmou no debate: "Os investimentos são muito baixos na UE, o que é um risco em si mesmo. Por falta de crescimento, devemos garantir a estabilidade. Os bancos precisam ser estáveis para financiar e proteger o investimento. Com esta legislação, trazemos clareza quando um banco está em apuros. Não haverá debate porque sabem o que fazer. Garantimos que o risco é suportado pelo tomador de risco. Este é o objetivo principal. É o objetivo da hierarquia que descreve os diferentes níveis de risco. Depositantes e contribuintes serão os menos expostos ao risco."

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Pedro Silva Pereira (S&D) "Senhor Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, não é todos os dias que se legisla depressa e bem na União Europeia. Por isso, não devemos deixar de assinalar este facto quando temos essa oportunidade. A verdade é que esta proposta legislativa, que revê a hierarquia dos credores em caso de resolução, conseguiu esse quase milagre: não só foi adotada em procedimento acelerado como conseguiu reunir um amplo consenso, quer neste Parlamento, quer no diálogo que estabelecemos com o Conselho e com a Comissão. Quero agradecer ao relator, o meu colega Gunnar Hökmark, mas também aos relatores-sombra dos outros grupos políticos, pelo excelente trabalho que tivemos a oportunidade de fazer em conjunto. Esta proposta legislativa é importante e necessária. Pretende melhorar as regras do chamado *bail-in*, o resgate interno dos bancos em risco de falência, que foram criadas para proteger o dinheiro dos contribuintes. É necessário que essas regras sejam claras. Alterámos a hierarquia de credores para criar uma nova categoria de dívida sénior não privilegiada, o que aumenta a capacidade dos bancos de absorverem perdas e de alcançarem a necessária recapitalização. Devo dizer que o grupo socialista está particularmente satisfeito com o facto de a maturidade contratual da nova classe de dívida sénior não privilegiada ter sido fixada em pelo menos um ano, com o facto de ter ficado estabelecido o *grandfathering*, ou seja, os novos critérios de elegibilidade podem aplicar-se aos instrumentos de dívida anteriormente emitidos. Ficou também claro que a dívida emitida pelos bancos no quadro da legislação nacional anterior, mas que cumpra os requisitos agora fixados, poderá ocupar na hierarquia de credores a mesma posição da nova categoria de dívida agora criada. Finalmente, e muito importante, ficou clarificado que nada nesta diretiva afeta a possibilidade de os Estados-Membros darem uma proteção acrescida aos depósitos. Penso, portanto, que temos aqui uma boa solução e esperamos que ela possa ser continuada na revisão da Diretiva DRRB".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) "Senhor Presidente, a presente diretiva harmoniza a posição dos créditos não garantidos no quadro de um processo normal de insolvência. Esta questão tornou-se necessária no quadro da União Bancária e do Sistema Único de Resolução que prevê que todas as instituições financeiras, ditas sistémicas, possam apresentar um nível suficiente de capacidade total de absorção de perdas. Esta proposta tem o mérito de ser coerente com os princípios e objetivos da União Bancária de substituir a lógica do *bail-out* pela lógica alternativa do *bail-in*, ou seja, para assegurar uma resolução sem recursos a fundos públicos é necessário salvaguardar que cada instituição possa apresentar no seu balanço um conjunto de ativos de elevada qualidade que garantam a cobertura dos prejuízos e mantenham o banco a funcionar, pelo menos nas suas funções básicas vitais. O problema é que a criação e o funcionamento da União Bancária não só não evitaram o recurso a mais fundos públicos como têm promovido a concentração do setor, aumentando o peso das instituições chamadas de demasiado grandes para falir. Não é por acaso que está na agenda a discussão de um mecanismo de *backstop* para dar solidez a todo o sistema. Ou seja, tudo ao contrário dos objetivos proclamados. Pela nossa parte, continuamos a acreditar que só

um controlo público do sistema financeiro poderá colocar a banca ao serviço da economia e não o contrário”.

Mais empresas poderão beneficiar de um sistema de pagamento de IVA mais simples, mais eficiente e mais barato

O PE votou a extensão do sistema de pagamento de IVA on-line para as empresas, que irá reduzir os custos de conformidade e oferecer mais receitas aos Estados-Membros.

Os deputados apoiaram com 540 votos a favor, 30 contra e 68 abstenções, a proposta de alargar o uso do Mini Balcão Único (MOSS), actualmente utilizado para o cálculo e cobrança de IVA sobre serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão ou serviços por via eletrónica, a pessoas que não sejam sujeitos passivos estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade.

O objetivo da proposta é aumentar o uso do MOSS para que as empresas que vendem produtos não eletrónicos e bens tangíveis em linha possam aproveitar os mesmos benefícios para calcular e pagar o IVA, permitindo que paguem o imposto num único Estado-Membro para todas as suas vendas feitas na UE.

A Comissão Europeia afirma que as empresas que não utilizam o MOSS pagam em média 8 000 euros por ano para cada Estado-Membro que fornecem. Uma extensão do sistema reduziria os custos regulatórios para as empresas em 2,3 bilhões de euros, enquanto os Estados-Membros poderiam ver suas receitas de IVA aumentar em mais de 7 bilhões de euros por ano.

Os deputados também apoiaram uma medida separada, mas relacionada, por 576 votos a favor, 30 contra e 32 abstenções que tem como objetivo melhorar a coordenação entre as autoridades fiscais sobre as informações sobre sujeitos passivos, o que facilitaria o funcionamento do sistema on-line.

A proposta será agora submetida à consideração da Comissão e do Conselho.

Contexto

Estes dois dossiers legislativos fazem parte de uma revisão mais ampla do sistema do IVA da UE, com o objectivo de criar um sistema mais simples, mais resistente à fraude e mais favorável às empresas. As reformas também reduzirão o "deficit de IVA", ou seja, a diferença entre a receita do IVA esperada e o valor do IVA cobrado, que a Comissão estima em 170 bilhões de euros.

Ordem do dia 29 e 30 Novembro de 2017

► Quarta-Feira, 29 de Novembro

15:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Processo orçamental para 2018 - *Relatório: Siegfried Mureşan, Richard Ashworth (A8-0359/2017)*

Decisão adotada sobre o estado da União da Energia em 2017 - *Declaração da Comissão 1*
Inundações mortíferas em Ática e ajuda às vítimas da catástrofe - *Declaração da Comissão 1*
Acordos transnacionais para mitigar o impacto da introdução da IFRS 9 - *Relatório: Peter Simon (A8-0255/2017)*

Instrumento para a estabilidade e a paz - *Relatório: Arnaud Danjean (A8-0261/2017) 1*

Situação no Líbano - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Negociações com vista a uma convenção que estabelece um tribunal multilateral para a resolução de litígios em matéria de investimento - *Pergunta oral (O-000084/2017 - B8-0611/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 30 de Novembro

09:00 - 11:20

Posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência - *Relatório: Gunnar Hökmark (A8-0302/2017)*

Aplicação da Estratégia Europeia para a Deficiência - *Relatório: Helga Stevens (A8-0339/2017)*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Mobilização da Margem para Imprevistos em 2017 - *Relatório: Jens Geier (A8-0372/2017) 3*

Projeto de orçamento retificativo n.º 6/2017: Redução de dotações de pagamento e de autorização em conformidade com as previsões de receitas e despesas atualizadas (recursos próprios e coimas) - *Relatório: Jens Geier (A8-0379/2017)*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para o pagamento de adiantamentos no quadro do orçamento geral da União Europeia para 2018 - *Relatório: Inese Vaidere (A8-0371/2017)*

Mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0370/2017)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/003 GR/Attica retail - *Relatório: Marie-Pierre Vieu (A8-0367/2017)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/005 FI/Retail - *Relatório: Răzvan Popa (A8-0366/2017)*

Processo orçamental para 2018 - *Relatório: Siegfried Mureşan, Richard Ashworth (A8-0359/2017)*

Pedido de levantamento da imunidade de Ana Gomes - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0363/2017)*

Alteração dos recursos destinados à coesão económica, social e territorial e dos recursos destinados ao investimento para o crescimento e o emprego e ao objetivo de cooperação territorial europeia - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0358/2017)*

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica UE-Egito: participação do Egito na Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA) - *Recomendação: Sofia Sakorafa (A8-0353/2017)*

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica UE-Argélia: participação da Argélia na Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA) - *Recomendação: Sofia Sakorafa (A8-0354/2017)*

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica UE-Jordânia: participação da Jordânia na Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA) - *Recomendação: Sofia Sakorafa (A8-0355/2017)*

Adesão do Chile, da Islândia e das Baamas à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0364/2017)*

Adesão do Panamá, Uruguai, Colômbia e Salvador à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0362/2017)*

Adesão de São Marinho à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0360/2017)*

Adesão da Geórgia e da África do Sul à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0361/2017)*

Acordos transnacionais para mitigar o impacto da introdução da IFRS 9 - *Relatório: Peter Simon (A8-0255/2017)*

Instrumento para a estabilidade e a paz - *Relatório: Arnaud Danjean (A8-0261/2017)* 6

Posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência - *Relatório: Gunnar Hökmark (A8-0302/2017)*

Obrigações relativas ao imposto sobre o valor acrescentado para as prestações de serviços e as vendas à distância de bens - *Relatório: Cătălin Sorin Ivan (A8-0307/2017)*

Cooperação administrativa e luta contra a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado - *Relatório: Luděk Niedermayer (A8-0306/2017)*

Situação no Líbano - *Propostas de resolução*

Aplicação da Estratégia Europeia para a Deficiência - *Relatório: Helga Stevens (A8-0339/2017)*